

Preservação e acesso de acervos de documentos históricos considerados como patrimônio comum

ESTHER CALDAS BERTOLETTI

Considerações gerais

«Arquivos para todos» é o oportuno e bem pensado título do artigo de Charles Kecskeméti, publicado na revista *Correio*, da UNESCO. O renomado arquivista francês que exerceu por muitos anos a Secretaria Executiva do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)*.

Os arquivos, instrumentos básicos de registros dos governos e da ação da cidadania, são indispensáveis à administração de um país e à preservação do estado de direito. Cabe aqui citar algumas palavras sobre arquivos e memória do norte-americano Schellenberg, um dos teóricos mais conhecidos da arquivística mundial:

Nenhum povo pode ser conhecedor de sua história antes que seus documentos oficiais, uma vez reunidos e acessíveis aos pesquisadores, tenham sido objeto de estudos sistemáticos e antes que se determine a importância da informação neles contida [...] tem sido afirmado que o cuidado que uma nação devota à preservação dos documentos de seu passado pode servir como verdadeira medida do grau de civilização que atingiu.

Os problemas da transferência de arquivos e do acesso aos documentos de interesse de uma comunidade, constituída ou não em Estado, tem preocupado os administradores e historiadores a partir do século XVII, quando práticas jurídico-diplomáticas levavam aos «Acordos» que eram firmados em caso de mudança de soberania sobre um território (pelos mais variados motivos, desde guerras até casamentos entre famílias reinantes). Esses Acordos estabeleciam as bases das trocas ou entregas regulares de arquivos, documentos

* O Conselho Internacional dos Arquivos é um dos três organismos não governamentais que trabalham com a UNESCO na área de documentação – os outros dois são a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas – IFLA e a Federação Internacional de Documentação – FID.

e livros. D. João VI, ao voltar para Portugal, deixou no Brasil parte substantiva da Biblioteca Real e, posteriormente, os Tratados de Reconhecimento da Independência Brasileira dedicaram atenção especial ao destino das coleções que, no Brasil permanecendo, vieram a constituir o núcleo principal da Biblioteca Nacional brasileira. A preciosidade dos exemplares que constituíam a Real Biblioteca – cuja história conjunta está a merecer uma atenção especial dos pesquisadores e dos dirigentes das duas Bibliotecas Nacionais, a brasileira e a portuguesa – fez com que a UNESCO classificasse a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro como a oitava maior biblioteca do mundo e tal fato bem serve para demonstrar o nível cultural da corte portuguesa do início do século XIX.

Apesar de antigo, o problema de divisão e transferência de acervos documentais (sejam impressos ou manuscritos) não produziu, até hoje, normas adequadas a serem seguidas nas negociações quer internacionais ou nacionais. Na realidade, a abordagem de uma problemática tão complexa e intrincada é feita com um sentido, diria, mais casuístico que pragmático, sendo cada caso um caso, muitas vezes decidido conforme o «interesse» e diria até «humor» ou «sensibilidade» dos negociadores. Decide-se o destino dos acervos ao sabor da simpatia e da boa vontade das pessoas, influenciando-se assim no direito de acesso e de usufruição aos documentos que dizem respeito ao passado histórico de cada uma das partes envolvidas.

É claro que, nos dias atuais, nenhuma instituição pública ousaria proibir o acesso ao acervo de documentos históricos, manuscritos ou impressos raros, a pessoas de certo «nível intelectual». No passado, não muito distante, em alguns lugares da Europa, costumava-se solicitar carta de apresentação das embaixadas dos países de origem dos pesquisadores, dirigidas aos Diretores dos Arquivos ou Bibliotecas detentoras de acervos preciosos, para que as consultas pudessem ser realizadas. Exigência, ao que me conste, nunca adotada no Brasil. Mas, ainda hoje, na prática quotidiana, quando se trata de consultar uma grande série documental, a limitação ao acesso ocorre de fato, pois nenhum pesquisador pode permanecer durante anos a fio fora de seu país, pesquisando, lendo, fichando, resumindo documentos de seu interesse pessoal ou do interesse de uma instituição cultural. Já vai longe, muito longe, o tempo em que o Imperador brasileiro D. Pedro II «comissionava» ilustres pesquisadores e/ou funcionários públicos para «copiarem à mão», centenas de textos manuscritos de interesse para a História do Brasil e que, hoje, se transformaram em nosso país, em outros tantos manuscritos históricos. Estou a recordar as cópias que o pernambucano José

Hygino Duarte Pereira fez, no final do século XIX, na Holanda, dos documentos sobre a história da presença holandesa no Brasil. Seu primoroso Relatório foi publicado em 1886, nas Revistas do Instituto Histórico de Pernambuco e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É também de se registrar o empenho do poeta maranhense Gonçalves Dias que, por muitos anos, peregrinou pela Europa copiando documentos de interesse para a nossa História.

O ilustre historiador patricio, José Honório Rodrigues, em seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil* relaciona algumas dezenas de dedicados e apaixonados historiadores e pesquisadores brasileiros que percorreram arquivos europeus, principalmente, os portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, italianos e ingleses... para copiarem e trazerem para outros tantos pesquisadores brasileiros documentos do período de nossa história colonial.

Nos dias de hoje, seguindo os passos já trilhados no passado, o PROJETO RESGATE «BARÃO DO RIO BRANCO» de microfilmagem sistêmica dos documentos relativos ao período colonial brasileiro existentes no exterior, coordenado pelo Ministério da Cultura através de sua Assessoria Especial e que envolve também os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação e Desportos, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, e de todas as Secretarias Estaduais de Cultura (*ex vi* do PROTOCOLO DE PORTO SEGURO, de 22 de abril de 1996) e de Universidades Públicas e Privadas, além de instituições e empresas privadas, com o talento e o esforço de dedicados pesquisadores e arquivistas e se valendo das mais modernas tecnologias, persegue a cópiagem dos documentos de interesse para a história colonial brasileira, na esperança de completar, agora, e de forma a mais completa possível, o imenso acervo documental do passado colonial do Brasil, quase que como um tributo às Comemorações dos 500 anos do nosso Descobrimento.

Aqui, é oportuno recordar as palavras da arquivista e historiadora da Universidade de São Paulo (USP), Prof^a Heloisa Bellotto proferidas em pedagógica entrevista que concedeu à revista *Memória* (Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, São Paulo, 1992):

Os documentos custodiados nos arquivos permanentes são produtos de uma sociedade. Ela é sua proprietária e sua beneficiária.

Endossamos as suas palavras e vamos além, somos de opinião de que os arquivos coloniais sobre o Brasil existentes nos países europeus pertencem também à sociedade brasileira cujo povo tem hoje

o direito, inalienável, de acesso aos conjuntos documentais produzidos ao longo de sua história que a envolvem diretamente.

Obviamente, para se concretizar um trabalho de tal envergadura torna-se necessário contar não apenas com recursos financeiros de monta e de uma tecnologia de ponta sofisticada, mas, principalmente, da dedicação e força de vontade de profissionais os mais competentes e, também, de tanta compreensão e colaboração de todos... E parcerias, muitas parcerias...

Embora a grande tônica permaneça sempre o lamento da eterna falta de recursos de todo tipo, acreditamos que as maiores dificuldades decorram da falta de uma orientação técnica consolidada e de um instrumental de pesquisa elaborado de forma padronizada pelos arquivos detentores dos documentos e que tem feito com que, na maioria dos casos, pouco se conheça dos acervos custodiados. Mesmo quando existem antigos Inventários, a maioria deles produzida por pesquisadores diversos, constata-se que quase nunca obedeceram a uma sistemática e podemos mesmo afirmar, em decorrência dos levantamentos efetuados, que praticamente todos se apresentam incompletos e com falhas, segundo a impostação da moderna teoria arquivística. Daí a necessidade desses antigos inventários serem revistos e completados. São inteiros conjuntos documentais que necessitam compatibilizar as suas referências antigas, dadas as diferenças que apresentam com relação às referências modernas, o que sempre acarreta enormes transtornos para os pesquisadores e que retarda e mesmo dificulta os trabalhos. Documentos são transferidos de séries, de caixas e muitas vezes se perdem na enorme confusão em que se transformou a imensa massa documental...

Que nos seja permitido alertar para os cuidados que devem ser tomados pelos Arquivos ao organizarem ou reorganizarem os seus acervos documentais para que antigos instrumentos de pesquisa (mesmo quando estão enquadrados na mais apurada técnica da época) não sejam inutilizados e que citações de trabalhos já realizados remetam sempre aos documentos consultados, não importando a sua nova localização. Muitas vezes o trabalho é de pouca monta. Bastam simples tabelas de equivalência...

Quando iniciamos as pesquisas para desenvolver os trabalhos de microfilmagem sistêmica das Capitânicas do Brasil Colônia no âmbito do PROJETO RESGATE pudemos constatar que os Inventários das Capitânicas do Rio de Janeiro e da Bahia, publicados pela Biblioteca Nacional, em seus Anais, assim como o Inventário da Capitania de São Paulo, produzido por Mendes Gouveia, e publicado na *Revista*

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1956, não contemplavam todos os documentos referentes aos acervos dessas Capitâneas. Como refazer o trabalho de forma arquivisticamente correta? Ignorar os instrumentos de pesquisa já publicados ou procurar conciliar o trabalho do passado com os esforços e as técnicas do presente?

Com a retomada do PROJETO RESGATE e com a preocupação constante de manter uma padronização básica, recorremos a todos os instrumentos de pesquisa existentes, sejam os publicados há mais tempo, sejam os realizados por historiadores contemporâneos. Tornou-se evidente que a tarefa desafiadora é aproveitar, agora, todos os trabalhos realizados, compatibilizando-os e informatizando todos os dados já existentes, confrontando-os com a realidade do armazenamento/acondicionamento seguidos e ainda hoje praticados nos Arquivos Históricos, para que se possa produzir um único e grande *Guia de Documentos para a História do Brasil Colônia*.

No processo já iniciado de informatização desses dados, que vem sendo feito pelo PROJETO RESGATE, estamos analisando em profundidade o problema da harmonização dos dados, problema esse que se apresenta muito difícil quando se sonha em fazer uma base de dados comum a todos os documentos das Capitâneas que remetam às referências das cotas, das caixas de armazenamento, dos rolos de microfilmes e, atualmente, dos CD-ROMs.

Alguns dados históricos

Com o desenvolvimento da microfilmagem no final da II Guerra Mundial, cresceu em muito o interesse de sua aplicação nos arquivos, principalmente com a conotação não apenas da preservação mas também da complementação da informação contida nos documentos. Não obstante a força condicionante destes valores, desde o início, não se perdeu de vista o sentido dinâmico que se deve dar ao documento substanciado no binômio: *facilitação de acesso / utilização*.

É aqui que a microfilmagem é de grande e inestimável valia.

Não podemos nos esquecer que o primeiro grande uso da microfotografia foi o da transferência de informações na Guerra franco-prussiana, no final do século XIX, precisamente por ocasião do cerco de Paris. Ainda persiste o mesmo propósito. Na Reunião do Conselho Internacional de Arquivos, em 1950, procurou-se analisar a emergente tecnologia, que fora largamente utilizada pelos

Aliados durante a II Guerra Mundial. Preocupação esta que se repete hoje, quando estamos procurando analisar tanto a problemática do uso do processamento eletrônico da imagem quanto a da durabilidade da informação produzida diretamente e armazenada em meios eletrônicos.

Ao lado do problema da preservação ou manutenção da própria «mídia» – para usarmos uma palavra atual – nos deparamos, ainda, com os problemas dos contenciosos arquivísticos, existentes entre vários países, tendo em vista a complementariedade dos Arquivos Históricos e Nacionais. Este problema tem sido exaustivamente tratado pelo Conselho Internacional de Arquivos e foi, inclusive, objeto de abordagem pela Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, realizada na Grécia, em outubro de 1994.

Urge que o Conselho Internacional de Arquivos e todos os sistemas nacionais de arquivos, onde existam, promovam e incentivem projetos de análises e estudos que, em profundidade, abordem a problemática a fim de que sejam elaboradas normas e recomendações que possam ser avocadas em situação de transferência do conteúdo informacional de acervos de interesse comum.

O que se pretende é tão somente ter maior facilidade de acesso às informações contidas nos documentos, informação essa a que todos temos direito indeclinável como integrantes de uma sociedade, de uma comunidade global, enfim da Humanidade.

Nos Estados Unidos, diversos programas falam em «salvação da memória intelectual da Humanidade», partindo da premissa de que o homem, seja ele norte-americano, português, brasileiro ou chinês, é parte integrante desta aldeia global, tão ameaçada de destruição... e cujas vidas estão mais do que nunca imbricadas.

O Secretário Geral do Conselho Internacional de Arquivos, no artigo citado, logo nas primeiras linhas deste texto, enfatiza a necessidade de se retomar o tema, informando que a Conferência Geral da UNESCO, em 1974, que começou a discuti-lo, não chegou a solucionar os impasses face ao acirramento das posições, principalmente das ex-colônias. Permanece o texto e o espírito da Resolução n.º 4212, através da qual a UNESCO convida os Estados Membros a examinarem, favoravelmente, a possibilidade de transferir, reciprocamente, as informações contidas nos documentos provenientes de arquivos constituídos em seus territórios ou quando referidos à História Comum. Países como Argélia e Índia, expuseram suas reivindicações ligadas aos arquivos históricos nos próprios Tratados de Independência. Como agora, Portugal e a China tratam do assunto e estão «transferindo», em microfimes, as informações conti-

das nos documentos históricos de interesse para a história comum, de Macau e Lisboa.

Informa-nos ainda o citado arquivista que, em breve *enquête* realizada pelo Conselho Internacional de Arquivos, em 1977, identificou-se cento e cinquenta e sete acordos sobre transferências de acervos/arquivos firmados desde 1601 entre os novos Estados que se formaram a partir dos desmembramentos territoriais decorrentes dos fatos históricos de reestruturação político-administrativos.

Procura-se pois, desde o início do século XVII, encontrar fórmulas para que não se repitam erros bastante conhecidos e considerados verdadeiros «massacres» de arquivos, tais como os criados pelo princípio da «pertinência territorial» ou ainda pela «divisão de séries documentais» (caso do Acordo de Turim, em 1816 entre Sabóia e Genebra). Temos no Brasil um caso bastante curioso de divisão de séries documentais, que diz respeito também à nossa história colonial: o Arquivo da Casa dos Contos de Ouro Preto está fracionado, e só é possível integralizá-lo através de um programa comum de microfilmagem. Parte dos documentos se encontra no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, e parte em Minas Gerais, no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e em Ouro Preto, precisamente na Casa dos Contos. Tornando esta divisão ainda mais complicada, existe a documentação pertinente e complementar que se encontra, em Lisboa, no acervo de manuscritos do Tribunal de Contas e na Casa da Moeda. Certamente que qualquer historiador ou documentalista que fosse chamado a testemunhar sobre suas peregrinações, saberia indicar outros tantos casos, sobre pelo menos algumas dezenas de arquivos «desmembrados» por critérios os mais díspares e ilógicos.

A UNESCO, com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos, intentou sensibilizar os Estados Membros para a adoção da fórmula do «patrimônio comum», ou seja: a conservação física é confiada normalmente ao estado que já mantém a posse do documento, reconhecendo-se ao outro, o direito de acesso e cópia.

Contudo, a idéia básica que nos une a todos é, sem dúvida, não a do monopólio do documento mas a constituição de um patrimônio arquivístico comum, pela microfilmagem sistêmica, que permita a sua usufruição equânime e democrática por todos.

Está assim lançado um dos maiores desafios aos documentalistas, tão grande quanto o problema da conservação dos originais em seus ambientes de armazenamento.

O levantamento feito pelo Conselho Internacional de Arquivos identificou em apenas oito países, antigas metrópoles (Bélgica,

Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Holanda, Portugal), considerando-se apenas os «acervos comuns», um total de 250 milhões de documentos, a serem microfilmados. 250 MILHÕES DE DOCUMENTOS...

Acervo documental

No caso Portugal/Brasil, só no Arquivo Histórico Ultramarino existem cerca de 250 000 documentos relativos ao Brasil Colônia: 10 % pois do total mundial estimado. O Professor mineiro, Dr. Caio César Boschi, em seu *Roteiro/sumário de arquivos portuguesas de interesse para os pesquisadores da História do Brasil*, identificou em Portugal quase 40 instituições detentoras de acervos documentais históricos, manuscritos ou iconográficos, além dos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, que poderiam ser classificados como detentores de documentos considerados «patrimônio comum» de Portugal e do Brasil.

Da mesma forma, existe no Brasil, em algumas dezenas de instituições, espalhadas por todo o território brasileiro, uma quantidade considerável – e dizemos considerável por não termos ainda dados quantitativos precisos, o que ocorrerá em breve após a conclusão dos trabalhos em andamento coordenados pelo Arquivo Nacional sob a égide do Conselho Nacional de Arquivos e da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Arquivístico – de documentos de grande interesse para Portugal. Haja visto principalmente os documentos produzidos no Brasil durante o período de D. João VI, o chamado período Joanino. O assunto é um dos principais objetivos do PLANO LUSO BRASILEIRO DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, decorrente do Protocolo de Colaboração na área de arquivos firmado no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, entre o Ministério da Justiça do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de projetos que visem a organização, a divulgação e a microfilmagem de acervos arquivísticos de interesse para a História Comum dos dois países, inserto nas ações conjuntas do programa da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e já reconhecido como projeto prioritário e de caráter científico pela Comissão Bilateral Executiva para as Comemorações do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral, em reuniões de junho de 1996 e julho de

1997, em Lisboa, realizadas na Casa dos Bicos. O assunto foi exaustivamente tratado pela Comissão Técnica Bilateral, criada em 1983 e da qual tivemos a honra de participar e que apresentou a proposta da criação de um PLANO LUSO BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM.

Entretanto, o grande problema básico, que ainda hoje persiste, é que parte substancial desta imensa massa documental carece de organização e de inventário, tanto em Portugal como no Brasil...

Nunca é demais enfatizar que a grande regra da microfilmagem – constatada e aprovada nos últimos três Congressos da INFOIMAGEM promovidos pelo CENADEM em São Paulo, Brasil, e que é válida também para a digitalização de imagens – continua sendo:

NADA SE DEVE MICROFILMAR – e podemos certamente acrescentar – DIGITALIZAR, SEM UMA PRÉVIA E CORRETA ORGANIZAÇÃO.

Compreendendo a importância do assunto, o Conselho Internacional de Arquivos, abordou, já em 1982, na reunião da Malásia dedicada às questões relativas à microfilmagem equacionadas e analisadas sob o tema geral «As Políticas do Microfilme em Arquivos».

Na ocasião, analisou-se e debateu-se, exaustivamente, os problemas do uso da micrografia sob diversas abordagens. Dos trabalhos apresentados destacam-se, dentre outros:

- a) utilização do microfilme como meio de PRESERVAÇÃO de documentos. Carmen Crespo Nogueira, da Espanha;
- b) microfilme de COMPLEMENTO (também chamado de *aquisição*, pelos franceses ou de *integração*, pelos italianos). Lajos Kormendy, da Hungria;
- c) microfilme de SUBSTITUIÇÃO, com análise do valor probatório dos microfilmes. Georges Weill, da França;
- d) microfilme de PUBLICAÇÃO. Daphne Gifford, da Inglaterra.

Um resumo desses trabalhos foi publicado em 1983, por Isaú Santos, diretor à época do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, na *Revista de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação* da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD.

As negociações entre o Brasil e Portugal, com relação ao microfilme de preservação e de complemento do patrimônio arquivístico, são antigas. Chegou-se mesmo a estabelecer na reunião dos anos 80, um articulado com os princípios básicos do PLANO LUSO BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM. Este Plano não chegou a ser referendado

pelas autoridades diplomáticas dos dois países, apesar dos esforços de alguns pesquisadores brasileiros, mas tem norteado os trabalhos que, atualmente, se desenvolvem em Lisboa junto ao Arquivo Histórico Ultramarino. Diversos outros Acordos específicos foram assinados por autoridades dos dois países, entre 1983 e 1995. Mas só agora, com o recente Protocolo assinado no Rio de Janeiro em 1995, é que efetivamente começa a delinear-se um trabalho conjunto e contínuo entre Portugal e Brasil. Certamente que a proximidade do ano 2000 e as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, têm facilitado os entendimentos e o empenho das instituições envolvidas se volta, antes de mais nada, para a consecução de recursos financeiros que permitam enfrentar os trabalhos de organização, inventariação, microfilmagem e digitalização dos microfilmes com a transferência das informações para CD-ROMs de leitura para facilidade do acesso e da pesquisa.

Apesar da Resolução de 1974 da UNESCO que sublinha a sua importância e urgência, a copiagem sistemática e integral dos documentos de interesse para a História Colonial brasileira existentes nos arquivos portugueses tem sido, até agora, negociada caso a caso e não foram objeto de uma política global comum, definida e sacramentada, o que esperamos todos seja concretizada em breve.

Ao longo dos últimos duzentos anos foram copiados, primeiro à mão, depois já pelo sistema microfotográfico, principalmente por pesquisadores e professores universitários, de forma assistemática, documentos esparsos ou mesmo em alguns casos, sequenciais para suas próprias pesquisas pessoais e por vezes institucionais.

Mas, agora, os tempos parecem estar maduros. É o próprio governo brasileiro revivendo a preocupação de D. Pedro II e atendendo aos inúmeros apelos dos pesquisadores, que se empenha em resgatar, na sua integralidade informacional a documentação, em seu conjunto, para possibilitar aos pesquisadores brasileiros o acesso mais amplo aos documentos do nosso período colonial. Os documentos da Capitania de Minas Gerais, finalmente, depois de algum tempo de trabalho, com inúmeras interrupções e atrasos, que nos cabe apenas assinalar, estão microfilmados em 174 rolos, sendo que os rolos matrizes e uma cópia de pesquisa estão entregues aos cuidados do Arquivo Histórico Ultramarino, que certamente analisará com o Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo a melhor forma de seu armazenamento, pois qualquer problema que porventura venha a ocorrer com os rolos de segunda geração, considerados de segurança, trazidos para o Brasil, implicará, necessariamente, em ter-se de recorrer aos rolos matrizes, que se encontram em

Portugal, para uma nova duplicação. Daí a importância da guarda dos rolos matrizes. O apoio do sistema que está sendo implantado na Europa, de controle e numeração dos rolos de microfílm matrizes, seguindo orientação da UNESCO, permitirá atingir-se a esse nível de segurança. Aliás, programa similar já foi implantado há alguns anos nos Estados Unidos e no Canadá e não vemos a hora de o implantarmos também no Brasil que já conta, só na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (produzidos principalmente pelo PLANO NACIONAL DE MICROFILMAGEM DE PERIÓDICOS BRASILEIROS) com quase 30 000 rolos matrizes, saís de prata.

Ora, se temos direito ao acesso à documentação de um passado histórico comum, de mais de 300 anos, nada deve obstaculizar o projeto, já por si tão difícil de ser viabilizado face aos altos custos financeiros. Nos últimos três anos o PROJETO RESGATE já investiu mais de US\$600.000,00 (seiscentos mil dólares) nos trabalhos que estão sendo realizados no Arquivo Histórico Ultramarino. O custo total da inventariação, revisão dos inventários e microfilmagem de todos documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino relativos ao período colonial está estimado em quase US\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares) que estão sendo obtidos através das parcerias de instituições públicas e privadas brasileiras, com algumas achegas financeiras de instituições portuguesas (Fundação Calouste Gulbenkian e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses) e que resultará na organização, preservação e acesso de toda a documentação sobre o Brasil existente no emblemático arquivo português, e que corresponde à cerca da metade de toda a documentação ali depositada.

É de justiça, recordarmos também, das tentativas feitas ao longo dos anos, por tantos e tantos pesquisadores que dedicaram-se a indexar de forma artesanal e embrionária os documentos em suas formas de arquivamento primitivo e que ao serem reorganizados sem um cuidado de equivalência, perderam-se muitas das referências, apesar dos inúmeros trabalhos publicados.

Um pequeno exemplo: uma referência a um documento que se encontrava na caixa n.º X e que foi transferido para a caixa n.º Y, perde toda a razão de ser. Daí porque agora a arquivística moderna orienta os detentores de acervos a darem número aos próprios documentos (cotas) podendo então serem transferidos para qualquer caixa, gaveta ou estante. O documento continuará a ser sempre o documento número tal. Assim, o trabalho ingente dos pesquisadores não se perde. Inúmeros são os percalços e os queixumes dos pesquisadores com relação aos diversos arquivos históricos. O que

esperamos todos, especialistas em preservação e microfilmagem e pesquisadores, é que em breve, se possa adotar uma verdadeira política arquivística mais consonante com a tradição ibérica de «partilhar», de «comungar» o glorioso passado comum, quase às vésperas do ano 2000 em que devemos comemorar, juntos, os 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Deixando a complexa situação Portugal – Brasil, face à grande quantidade de documentos, é de se registrar que esforços semelhantes foram feitos na Holanda, França, Espanha e Inglaterra, desde os primeiros anos da Independência do Brasil, em 1822. Com efeito, em 1838, já se enfatizava em reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro e em seus congêneres estaduais, à medida em que eram criados, a necessidade de mandar copiar os documentos de interesse para o nascente Estado brasileiro e uma rápida consulta às coleções da revistas dos Institutos Históricos brasileiros servirá para comprovar esta afirmativa.

Muito se fez assistematicamente e, hoje, buscamos com metodologia mais adequada e tecnologias mais modernas «captar» o conjunto harmônico, completo, da documentação sobre o Brasil colonial, existente no exterior. É um grande, imenso e desafiante projeto, no qual estamos empregando o melhor do nosso *engenho e arte* na tentativa de logarmos, sempre juntos, irmanados, o êxito comum.

Dentro da filosofia da microfilmagem sistêmica, adotada com grande êxito pelo PLANO NACIONAL DE MICROFILMAGEM DE PERIÓDICOS BRASILEIROS, O PROJECTO RESGATE «BARÃO DO RIO BRANCO» DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O BRASIL COLÔNIA EXISTENTE NO INTERIOR – com ênfase em Portugal, ora em fase de realização, e que temos a honra de coordenar, pretende-se microfilmear, na íntegra, cada conjunto documental referente à história colonial brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino, utilizando, sempre que possível, as ementas dos inventários já realizados como sinaléticas e que antecederam nos fotogramas a moderna microfilmagem dos documentos, complementando-as e revendo-as quando necessário, a fim de facilitar os trabalhos dos que se debruçarão para pesquisar, não mais sobre os originais manuscritos, mas sobre os rolos de microfilmes ou os CD-ROMs. Após a microfilmagem, estarão depositados na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro, todos os rolos relativos às Capitânicas. Conjuntos de microfilmes e/ou de CD-ROMs, por área geográfica de Capitania, serão enviados aos Arquivos Públicos Estaduais dos Estados da Federação brasileira e também às Universidades interessadas e que participaram ou que venham a participar do PROJETO. Em

alguns casos, tais conjuntos estarão em mais de um Estado em decorrência da extensão territorial da antiga Capitania.

O interesse é divulgar toda a documentação dos três primeiros séculos da História do Brasil, de forma ampla e total, a fim de estar democraticamente acessível a todos os pesquisadores e historiadores interessados.

Participamos há quase 15 anos deste sonho que, aos poucos começa a apresentar os seus primeiros frutos, graças às parcerias entre os Ministérios, os Governos dos Estados brasileiros e as empresas privadas de todo o Brasil. É-nos pois válido afirmar que antevemos um futuro pleno de realizações e que alcançaremos a nossa meta final. Este imenso trabalho como que gerado em simbiose nos permitirá trazer para o Brasil os documentos do nosso passado colonial, tão pouco estudado, dada a complexidade deste período da história brasileira, ao mesmo tempo que possibilitará a dinamização dos seus estudos em Portugal.

Deste modo, os historiadores de cada Unidade da Federação brasileira e do Distrito Federal, poderão pesquisar, no âmbito de seu espaço político – geográfico, os documentos que dizem respeito aos fatos históricos do período colonial

O trabalho que acabamos de concluir, relativo aos documentos avulsos da Capitania de Minas Gerais, totalmente indexados por uma equipe lusófona coordenada pelo Prof. Boschi, da PUC/MINAS com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento – CNPD, contou com o apoio financeiro inicial da Fundação VITAE, liderada por esta figura humana ímpar que é José E. Mindlin, sem o que não teríamos decolado, das empresas MICROSERVICE e EMECO, da Fundação Cultural Brasil Portugal, da TAP–Air Portugal, da VARIG e tantas outras instituições públicas e privadas. Merece destaque e reconhecimento o empenho dos Senhores Embaixadores do Brasil em Portugal, principalmente, o Embaixador José Aparecido de Oliveira, o Embaixador Itamar Franco e o atual Embaixador Jorge Bornhaussen e de todos os membros da Embaixada em Lisboa, sem cujo interesse e apoio não estaríamos levando a cabo a missão de coordenar trabalhos tão complexos. A persistência e a forma serena e firme de conduzir do Embaixador Wladimir Murtinho ao longo de tantos anos os ideais do PROJETO RESGATE fizeram com que o atual Ministro da Cultura, Prof. Francisco Welffort compreendendo a importância do Projeto, a ele hipotecasse o seu apoio pessoal e garantisse uma parcela substantiva de recursos tão necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos.

Ao vivenciarmos o problema da transferência, pela microfilmagem sistêmica, da complementação de coleções, e na qualidade de coordenadora do PROJETO RESGATE, podemos assegurar que têm sido contornados e superados as inúmeras pequenas dificuldades e detalhes para conseguirmos alcançar os objetivos tão sonhados. Esperamos continuar merecendo a atenção, o apoio, a participação e a colaboração de todos, sabendo que o documento não está vinculado à instituição que o armazena, mas a todos nós, os usuários, componentes de uma sociedade que busca, no seu passado, lições que possam servir para guiar os nossos passos no presente e no futuro.

BIBLIOGRAFIA

BELLOTTI, Heloisa

«Em busca de recuperação do passado», *Memória Eletropaulo*, São Paulo, Abril-Jun, 1992.

BERTOLETTI, Esther Caldas

Microfilme e Memória Nacional: O papel da Fundação Casa de Rui Barbosa e os princípios de parceria e excelência. Rio de Janeiro: FCRB/MINC, 1994, 32 p. (Papéis Avulsos; 12).

«Microfilme e Memória Nacional. Até Quando?», *Anais da INFOIMAGEM 93*. São Paulo: Ed. CENADEM, 1993.

«Acesso Moderno aos Documentos do Brasil Colônia: Um projeto de resgate de documentação histórica através da tecnologia micrográfica e informatização para acesso e disseminação por todo o território nacional», *Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Suplemento Cultural*, A. 10, Maio 1996, p. 3-5.

BOSCHI, Caio César

Roteiro Sumário dos Arquivos Portugueses de interesse para o pesquisador de História do Brasil. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 1995. (Cadernos do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias).

BRITO, Marilza Elizardo

Memória e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. CMEB, 1989. (Cadernos Memória da Eletricidade; 1).

FERREOL, Ferry de

Les archives et le microfilm. Paris, 1972, 30 p., dat.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

«Arquivo Histórico Ultramarino», *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983)*. Lisboa, 1983. Sep.

KECSKEMÉTI, Vharles

«Arquivos para Todos», *CORREIO da UNESCO*, Rio de Janeiro, Abril 1985.

LE GOFF, Jacques

«Memória», *Enciclopédia EUNAUDI*. Lisboa, IN-CM, 1984, vol. 1 (Memória-História).

LOPEZ, Luiz Roberto

Cultura Brasileira. Das origens a 1808. Porto Alegre: Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

- ORTIZ, Renato
Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 3.^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, José Hygino Duarte
«Trechos do Relatório que leu na Sessão Especial do Instituto Archeologico Geographico Pernambucano de 9 de maio de 1886», *Revista do IHGB*, T. 49, v. 2, 1886.
- RODRIGUES, José Honório
A Pesquisa Histórica no Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional/ INL? MEC, 1978.
- SANTOS, Isau
«A utilização do Microfilme como meio de preservação de documentos», *Revista BAD*, Lisboa (1) 1983.
«Microfilme de complemento», *Revista BAD*, Lisboa (2) 1983.
- SCHELLENBERG, T. D.
Arquivos Modernos. 2.^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da
Cultura no Brasil Colônia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- ZICKLER, Jack
«Do papel ao disco óptico», *Gerencia da Informação*, São Paulo (67) p. 26.